



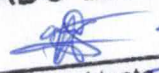
**CÂMARA MUNICIPAL
DE OURO FINO**

MOÇÃO DE APOIO Nº. 016/2021

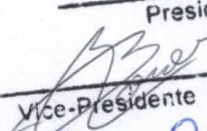
**EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE OURO
FINO/MG,**

CAROS COLEGAS VEREADORES,

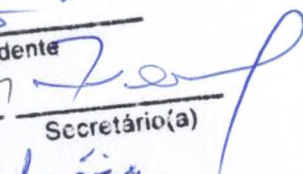
APROVADO 28 / 06 / 21



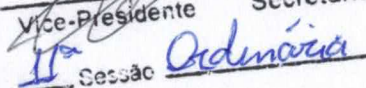
Presidente



Vice-Presidente



Secretário(a)



Sessão Ordinária

Os signatários da presentes, vereadores com assento neste legislativo, nos termos do artigo 186 e seguintes do Regimento Interno, solicitam a Vossa Excelência que submeta ao egrégio plenário e, se aprovada, seja encaminhada ao Excelentíssimo Senhor Deputado Estadual Agostinho Patrus (PV), Presidente da Assembleia Legislativa de Minas, a presente **MOÇÃO DE APOIO AO REQUERIMENTO ORDINÁRIO Nº 1.047/2021, DO DEPUTADO PROFESSOR CLEITON (PSB) E OUTROS, QUE SOLICITOU A CONSTITUIÇÃO DE COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO PARA INVESTIGAR FATOS DETERMINADOS CONSISTENTES NA POSSÍVEL PRÁTICA DE ILEGALIDADES NA GESTÃO DA COMPANHIA ENERGÉTICA DE MINAS GERAIS – CEMIG**, pelas seguintes considerações:

Considerando que no dia 16 de junho do corrente ano, na 51ª reunião ordinária da 3ª sessão legislativa ordinária da 19ª legislatura da Assembleia de Minas Gerais, fora apresentado o Requerimento Ordinário n.º 1.047/2021, com 27 assinaturas, tendo como primeiro signatário o Exmo. Sr. Deputado Professor Cleiton (PSB) e os deputados Alencar da Silveira Jr. (PDT), André Quintão (PT), Betão (PT), Cássio Soares (PSD), Cleitinho Azevedo (Cidadania), Charles Santos (Republicanos), Celinho Sintrocel (PCdoB), Cristiano Silveira (PT), Delegado Heli Grilo (PSL), Doutor Jean Freire (PT), Doutor Paulo (Patri), Doutor Wilson Batista (PSD), Elismar Prado (PROS), Fernando Pacheco (PV), Rafael Martins (PSD), Sargento Rodrigues (PTB), Sávio Souza Cruz (MDB), Ulysses Gomes (PT), Leandro Genaro (PSD), Marquinho Lemos (PT), Osvaldo Lopes (PSD), Ana Paula Siqueira (Rede), Andréia de Jesus (Psol), Beatriz Cerqueira (PT), Ione Pinheiro (DEM) e Leninha (PT);



CÂMARA MUNICIPAL DE OURO FINO

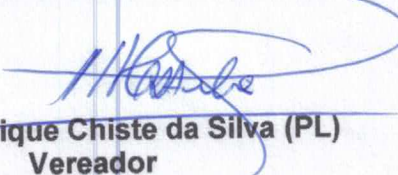
Considerando que o referido documento solicitou a constituição de comissão parlamentar de inquérito para, no prazo de 120 dias, investigar fatos determinados consistentes na possível prática de ilegalidades na gestão da Companhia Energética de Minas Gerais – Cemig –, desde 2019 até a presente data, o que teria gerado prejuízos ao interesse público, quais sejam a) contratações diretas realizadas desde janeiro de 2019, sem a prévia realização de licitação, em desconformidade à lei e à Constituição da República, de serviços de consultoria e assessoramento técnico, tanto pela Cemig como pelas suas subsidiárias, ocasionando prejuízo ao interesse público; b) realização de alienações de ativos e ações da Cemig, a partir de janeiro de 2019, relacionadas à sua participação societária na Renova, Light e Taesa em desconformidade à lei e à Constituição, ocasionando prejuízos econômicos ao interesse público; c) prática de condutas ilegais e imorais por parte de diretores e empregados públicos da Cemig e de suas subsidiárias, desde janeiro de 2019, bem como de particulares por ele contratados, no âmbito da execução contratual, consistente em condicionar a liberação de pagamentos de medições contratuais à subcontratação de terceiros por parte das contratadas pela Cemig e suas subsidiárias, configurando possível prática de advocacia administrativa e conflito de interesses; e d) prática ilegal e antieconômica da transferência de atividades administrativas da CEMIG para São Paulo-SP, gerando assim prejuízos ao interesse público estadual;

Considerando que no documento apresentado há “fatos graves que em tese evidenciam à prática de ilegalidades na gestão da Cemig”, o que demanda melhor apuração pelo Parlamento no exercício de sua atividade fiscalizadora, através de CPI;

Os vereadores que abaixo subscrevem, vêm ao soberano plenário para que se faça constar na ata da presente sessão, **A PRESENTE MOÇÃO DE APOIO AO REQUERIMENTO ORDINÁRIO Nº 1.047/2021, QUE SOLICITOU A CONSTITUIÇÃO DE COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO PARA INVESTIGAR FATOS DETERMINADOS CONSISTENTES NA POSSÍVEL PRÁTICA DE ILEGALIDADES NA GESTÃO DA COMPANHIA ENERGÉTICA DE MINAS GERAIS – CEMIG.**

Sala das Sessões, Vereador Antônio Olinto Alves em 21 de junho de 2021.


Tiago Bazolli de Moraes (PL)
Vereador
Câmara Municipal de Ouro Fino


Paulo Henrique Chiste da Silva (PL)
Vereador
Câmara Municipal de Ouro Fino

EDITAL DE CONVOCAÇÃO**Reunião Extraordinária da Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia**

Nos termos regimentais, convoco a deputada Laura Serrano e os deputados Betão, Coronel Sandro e Professor Cleiton, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 18/6/2021, às 10 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de receber, discutir e votar proposições da comissão e de, em audiência pública, debater a importância das nomeações de candidatos aprovados em concurso público para a Universidade do Estado de Minas Gerais – Uemg.

Sala das Comissões, 16 de junho de 2021.

Beatriz Cerqueira, presidenta.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO**Reunião Extraordinária da Comissão de Minas e Energia**

Nos termos regimentais, convoco os deputados Bernardo Mucida, Arnaldo Silva, Bosco e Gil Pereira, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 21/6/2021, às 14 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de votar, em turno único, os Requerimentos nºs 6.582 a 6.586/2020, da Comissão Extraordinária das Energias Renováveis e dos Recursos Hídricos, e 8.035/2021, do deputado Professor Cleiton, de receber, discutir e votar proposições da comissão e de, em audiência de convidados, debater, com a presença do presidente da Associação dos Municípios Mineradores de Minas Gerais e do Brasil – Amig – e prefeito de Conceição do Mato Dentro, a destinação a todos os municípios e regiões mineradoras do Estado dos recursos oriundos do acordo judicial para reparação integral relativa ao rompimento das barragens B-I, B-IV e B-IVA, da Mina do Córrego do Feijão, no Município de Brumadinho, celebrado no âmbito do Processo de Mediação SEI nº 0122201-59.2020.8.13.0000 TIMG/CEJUSC 2º grau, uma vez que tiveram suas operações total ou parcialmente paralisadas em razão do acidente e foram social e economicamente afetadas.

Sala das Comissões, 16 de junho de 2021.

Rafael Martins, presidente.

**TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES****RECEBIMENTO DE PROPOSIÇÕES**

– Foram recebidos, na 51ª Reunião Ordinária da 3ª Sessão Legislativa da 19ª Legislatura, em 16/6/2021, os seguintes requerimentos:

REQUERIMENTO Nº 8.342/2021

Do deputado Agostinho Patrus e outros em requerem seja encaminhada ao presidente da República manifestação de apoio à indicação do nome do Sr. Gilson Soares Lemes, presidente do Tribunal de Justiça de Minas Gerais, para a vaga que será aberta no Supremo Tribunal Federal a partir de julho, com a aposentadoria do ministro Marco Aurélio Mello. (– À Comissão de Administração Pública.)

REQUERIMENTO ORDINÁRIO Nº 1.047/2021

Das deputadas e dos deputados Professor Cleiton, Alencar da Silveira Jr., Ana Paula Siqueira, André Quintão, Andréia de Jesus, Beatriz Cerqueira, Betão, Cássio Soares, Cleitinho Azevedo, Charles Santos, Celinho Sintrocel, Cristiano Silveira, Delegado Heli Grilo, Doutor Jean Freire, Doutor Paulo, Doutor Wilson Batista, Elismar Prado, Fernando Pacheco, Ione Pinheiro, Rafael

Martins, Sargento Rodrigues, Sávio Souza Cruz, Ulysses Gomes, Leandro Genaro, Leninha, Marquinho Lemos e Osvaldo Lopes em requerem seja constituída comissão parlamentar de inquérito para, no prazo de 120 dias, investigar fatos determinados, indicativos de possível prática de ilegalidades na gestão da Companhia Energética de Minas Gerais – Cemig –, de 2019 até a presente data, gerando prejuízos ao interesse público, quais sejam: contratações diretas realizadas desde janeiro de 2019, sem a prévia realização de licitação, tanto pela Cemig como pelas suas subsidiárias, em desconformidade com a lei e a Constituição da República; realização de alienações de ativos e ações da Cemig, a partir de janeiro de 2019, relacionadas com sua participação societária na Renova, na Light e na Taesa, em desconformidade com a lei e a Constituição da República; prática de condutas ilegais e imorais por parte de diretores e empregados públicos da Cemig e de suas subsidiárias e de particulares contratados, desde janeiro de 2019, em questões de execução contratual; e prática ilegal e antieconômica de transferência de atividades administrativas da Cemig para São Paulo (SP), com prejuízos para o interesse público estadual.

DESIGNAÇÃO DE COMISSÕES

– O presidente designou, na 51ª Reunião Ordinária da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 19ª Legislatura, em 16/6/2021, os membros da seguinte comissão extraordinária:

Comissão Extraordinária das Privatizações: Pelo Bloco Minas São Muitas – BMSM: efetivos – deputados Coronel Sandro, Bruno Engler e Duarte Bechir; suplentes – deputados Braulio Braz, Osvaldo Lopes e Rafael Martins; pelo Bloco Deputado Luiz Humberto Carneiro – BDLHC: efetivo – deputado Guilherme da Cunha; suplente – deputada Laura Serrano; pelo Bloco Democracia e Luta – BDL: efetivo – deputado Betão; suplente – deputada Beatriz Cerqueira (Designo. Às Comissões.).

Despacho de Requerimentos

– O presidente deferiu, na 51ª Reunião Ordinária da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 19ª Legislatura, em 16/6/2021, nos termos do inciso XXV do art. 232 do Regimento Interno, o Requerimento Ordinário nº 1.047/2021, do deputado Professor Cleiton e outros, em que solicitam seja constituída comissão parlamentar de inquérito para, no prazo de 120 dias, investigar fatos determinados consistentes na possível prática de ilegalidades na gestão da Companhia Energética de Minas Gerais – Cemig –, desde 2019 até a presente data, gerando prejuízos ao interesse público, quais sejam: a) contratações diretas realizadas desde janeiro de 2019, sem a prévia realização de licitação, em desconformidade à lei e à Constituição da República, de serviços de consultoria e assessoramento técnico, tanto pela Cemig como pelas suas subsidiárias, ocasionando prejuízo ao interesse público; b) realização de alienações de ativos e ações da Cemig, a partir de janeiro de 2019, relacionadas à sua participação societária na Renova, na Light e na Taesa, em desconformidade com a lei e a Constituição, ocasionando prejuízos econômicos ao interesse público; c) prática de condutas ilegais e imorais por parte de diretores e empregados públicos da Cemig e de suas subsidiárias, desde janeiro de 2019, bem como de particulares por ela contratados, no âmbito da execução contratual, consistente em condicionar a liberação de pagamentos de medições contratuais à subcontratação de terceiros por parte das contratadas pela Cemig e suas subsidiárias, configurando possível prática de advocacia administrativa e conflito de interesses; e d) prática ilegal e antieconômica da transferência de atividades administrativas da Cemig para São Paulo (SP), com prejuízos ao interesse público estadual.

DECISÃO DA PRESIDÊNCIA

– O presidente, na 51ª Reunião Ordinária da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 19ª Legislatura, em 16/6/2021, proferiu a seguinte decisão:

“DECISÃO DA PRESIDÊNCIA

A presidência, no uso da atribuição que lhe confere o inciso XIX do art. 82 do Regimento Interno, designa os membros das comissões permanentes que participarão das reuniões conjuntas previstas no § 1º do art. 204, destinadas à apreciação dos projetos de

ESTADO DE MINAS GERAIS
CÂMARA MUNICIPAL DE OURO FINO

CÂMARA MUNICIPAL DE OURO FINO
MOÇÃO 016/2021

MOÇÃO DE APOIO Nº. 016/2021

EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE OURO FINO/MG, CAROS COLEGAS VEREADORES,

Os signatários da presentes, vereadores com assento neste legislativo, nos termos do artigo 186 e seguintes do Regimento Interno, solicitam a Vossa Excelência que submeta ao egrégio plenário e, se aprovada, seja encaminhada ao Excelentíssimo Senhor Deputado Estadual Agostinho Patrus (PV), Presidente da Assembleia Legislativa de Minas, a presente **MOÇÃO DE APOIO AO REQUERIMENTO ORDINÁRIO Nº 1.047/2021, DO DEPUTADO PROFESSOR CLEITON (PSB) E OUTROS, QUE SOLICITOU A CONSTITUIÇÃO DE COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO PARA INVESTIGAR FATOS DETERMINADOS CONSISTENTES NA POSSÍVEL PRÁTICA DE ILEGALIDADES NA GESTÃO DA COMPANHIA ENERGÉTICA DE MINAS GERAIS – CEMIG**, pelas seguintes considerações:

Considerando que no dia 16 de junho do corrente ano, na 51ª reunião ordinária da 3ª sessão legislativa ordinária da 19ª legislatura da Assembleia de Minas Gerais, fora apresentado o Requerimento Ordinário n.º 1.047/2021, com 27 assinaturas, tendo como primeiro signatário o Exmo. Sr. Deputado Professor Cleiton (PSB) e os deputados Alencar da Silveira Jr. (PDT), André Quintão (PT), Betão (PT), Cássio Soares (PSD), Cleitinho Azevedo (Cidadania), Charles Santos (Republicanos), Celinho Sintrocel (PCdoB), Cristiano Silveira (PT), Delegado Heli Grilo (PSL), Doutor Jean Freire (PT), Doutor Paulo (Patri), Doutor Wilson Batista (PSD), Elismar Prado (PROS), Fernando Pacheco (PV), Rafael Martins (PSD), Sargento Rodrigues (PTB), Sávio Souza Cruz (MDB), Ulysses Gomes (PT), Leandro Genaro (PSD), Marquinho Lemos (PT), Osvaldo Lopes (PSD), Ana Paula Siqueira (Rede), Andréia de Jesus (Psol), Beatriz Cerqueira (PT), Ione Pinheiro (DEM) e Leninha (PT);

Considerando que o referido documento solicitou a constituição de comissão parlamentar de inquérito para, no prazo de 120 dias, investigar fatos determinados consistentes na possível prática de ilegalidades na gestão da Companhia Energética de Minas Gerais – Cemig –, desde 2019 até a presente data, o que teria gerado prejuízos ao interesse público, quais sejam a) contratações diretas realizadas desde janeiro de 2019, sem a prévia realização de licitação, em desconformidade à lei e à Constituição da República, de serviços de consultoria e assessoramento técnico, tanto pela Cemig como pelas suas subsidiárias, ocasionando prejuízo ao interesse público; b) realização de alienações de ativos e ações da Cemig, a partir de janeiro de 2019, relacionadas à sua participação societária na Renova, Light e Taesa em desconformidade à lei e à Constituição, ocasionando prejuízos econômicos ao interesse público; c) prática de condutas ilegais e imorais por parte de diretores e empregados públicos da Cemig e de suas subsidiárias, desde janeiro de 2019, bem como de particulares por ele contratados, no âmbito da execução contratual, consistente em condicionar a liberação de pagamentos de medições contratuais à subcontratação de terceiros por parte das contratadas pela Cemig e suas subsidiárias, configurando possível prática de advocacia administrativa e conflito de interesses; e d) prática ilegal e antieconômica da transferência de atividades administrativas da CEMIG para São Paulo-SP, gerando assim prejuízos ao interesse público estadual;

Considerando que no documento apresentado há “fatos graves que em tese evidenciam a prática de ilegalidades na gestão da Cemig”, o que

demanda melhor apuração pelo Parlamento no exercício de sua atividade fiscalizadora, através de CPI;

Os vereadores que abaixo subscrevem, vêm ao soberano plenário para que se faça constar na ata da presente sessão, **A PRESENTE MOÇÃO DE APOIO AO REQUERIMENTO ORDINÁRIO Nº 1.047/2021, QUE SOLICITOU A CONSTITUIÇÃO DE COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO PARA INVESTIGAR FATOS DETERMINADOS CONSISTENTES NA POSSÍVEL PRÁTICA DE ILEGALIDADES NA GESTÃO DA COMPANHIA ENERGÉTICA DE MINAS GERAIS – CEMIG.**

Sala das Sessões, Vereador Antônio Olinto Alves em 21 de junho de 2021.

<i>TIAGO BAZOLLI DE MORAES (PL)</i>	<i>PAULO HENRIQUE CHISTE DA SILVA (PL)</i>
Vereador	Vereador
Câmara Municipal de Ouro Fino	Câmara Municipal de Ouro Fino

Publicado por:

José Camilo da Silva Junior

Código Identificador:A0312B17

Matéria publicada no Diário Oficial dos Municípios Mineiros no dia 30/06/2021. Edição 3040

A verificação de autenticidade da matéria pode ser feita informando o código identificador no site:

<http://www.diariomunicipal.com.br/amm-mg/>